

## AS FILHAS DA VENTANIA

Aline Ngrehtabare Lopes Kayapó, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren,  
Eliane Potiguara, Jamille da Silva Lima-Payayá, Jumara Teodoro Payayá, Káritas  
Yamani Kandara Correia Gusmão Ywa'dju Minrī, Miguelina Cardoso Lopes

*“Amre be... (há muito tempo)  
A Wayra era o que é hoje, ventania.  
Nada mudou  
Wayra não sabe o que é cronos, nem kairós  
Nada a controla  
Nada a domina  
Sua fúria e Sua singeleza andam lado a lado em um fluxo perfeito”...*  
(KAYAPÓ, A.N. L. WAYRA NÃO ANDA SÓ.  
Darandina Revista Eletrônica, Juiz de Fora, Vol.13, N.1,  
2020)

*Wayrakunas* somos nós, um movimento de indígenas mulheres, que teve sua origem desde antes da primeira caravela que atravessou os oceanos e atracou neste território apelidado de Brasil. Nasceu da resistência de insurgentes guerreiras originárias, insubmissas ao sistema colonial violentamente posto, e que tem se refletido na contemporaneidade. *Wayrakunas* é isso, a continuidade da luta de nossas antepassadas, é a insurreição da ordem que por séculos tenta nos invisibilizar e nos silenciar.

*Wayrakunas* atravessam os tempos mostrando para quem quiser ou não ver, que o cronos não é o nosso deus e que, portanto, o tempo não tem o poder de reduzir a vitalidade da nossa luta. Consideramos que durante séculos nossas antepassadas foram como o vento, que não se vê, mas a presença é forte e imprescindível para a sobrevivência. O vento traz boas novas, renova o ar e poliniza sementes, e o resultado disso somos nós, que estamos aqui dando continuidade à luta de nossas antepassadas.

Nós, *Wayrakunas*, acreditamos nos valores ancestrais do bem viver e nele nos apoiamos para o enfrentamento da colonialidade. Entendemos que o projeto de Modernidade europeu não é capaz de cumprir, para todos os povos, suas promessas de liberdade, igualdade, bem-estar e justiça, devido ao seu comprometido pernicioso com a colonialidade, operando as expropriações que têm nos violado nos últimos séculos.

O humanismo iluminista, que traz o homem para o centro de todas as coisas no sentido mais literal da palavra “centro e homem” é o mesmo que tenta nos afastar da nossa humanidade nos descaracterizando enquanto natureza, achando que nos diminuirá ao nos comparar a seres animais.

Nossa motivação é viver firmadas na coletividade, na pluralidade, na ancestralidade e na diversidade, que são os verdadeiros valores que pautam as nossas vidas e que sem os quais não existiríamos. Essas lições aprendemos também com as animais e seres não-humanos das florestas.

A igualdade chegou aqui com pretensões muito firmes em nos amontoar em um aglomerado de brasileiras aporuguesadas e graças às nossas mais diversas resistências temos nos mantido firmes, lutando pela inviolabilidade dos nossos corpos que são a extensão dos nossos territórios ancestrais, e pela segurança em nossos Territórios indígenas pois são deles as fontes do nosso refúgio dessa sociedade desencantada.

*Wayrakunas* ou em uma possível tradução “filhas da ventania”, na língua Aymara, é a força que acredita ser possível a criação de um conhecimento que caminhe de acordo com as nossas epistemologias ancestrais. Por esse motivo as *Wayrakunas* têm lutado bravamente para ganhar visibilidade através da entrada e permanência das indígenas-mulheres dentro das academias, estando na resistência contra toda forma de epistemicídios historicamente declarados e postos sobre nós, mas também sobre os corpos de nossos guerreiros, que são imprescindíveis para nós.

A continuidade da luta de nossas ancestrais, se dá através de nós, que somos pensadoras de nosso tempo, indígenas mulheres da atualidade que se empoderam de conceitos e lutas para atualizar a luta ancestral, reconfigurando-a no espaço/tempo atual como sujeitos contemporâneos que somos, porém, com raízes e memórias antigas. Temos como aporte teórico-filosófico as contribuições do feminismo, especialmente do feminismo decolonial, do ecofeminismo e do feminismo comunitário. Sendo assim nosso movimento tem como base as estratégias de atuação ligadas à ancestralidade de cada integrante, somada aos preceitos de tais aportes. Além de trazeremos a dimensão ancestral, valorizamos também a espiritualidade que nos conecta com a fonte criadora que é nossa Mãe Terra, o senso de coletivo ancestral nos traz a relação de parentesco, quando nos reconhecemos como parte do Todo e quando nos reconhecemos umas nas outras.

Apesar de buscarmos o aporte teórico-filosófico nos feminismos, afirmamos com convicção que é impossível a existência de um feminismo indígena, não por dissidência, mas por uma consciência histórica de luta. Nossas antepassadas lutaram contra a aplicação desse estado moderno, sem nem ao menos serem consideradas humanas. Então resumir a nossa resistência ancestral em um feminismo, é ignorar que durante séculos o corpo da mulher branca europeia e as heranças deixadas por ela, refletidas no corpo da atual mulher politicamente branca e racista, foi extremamente pernicioso para a integridade dos nossos corpos, e que, portanto, considerar uma luta só, seria um ultraje para as nossas memórias de resistência.

Mesmo assim, o gênero nos alcançou. Como uma cruz foi posto sobre nossos ombros. Um pecado pesado por não ser nosso. O pecado do gênero inventado a partir de um modelo patriarcal invisibilizador, e de invisibilidades nós entendemos bem, por esse motivo, acreditamos ser possível e coerente que indígenas-mulheres se posicionem politicamente como feministas, no entanto, sempre deixando muito evidente nossas formas particulares e coletivas de lidar com tudo que nos envolva.

É importante ressaltar que o movimento das *Wayrakunas* e o feminismo são dois movimentos que se complementam e de maneira alguma concorrem entre si. Nossa intenção não foi e não é criar mais um divisionismo, e sim de uma concepção prática, teórico-analítica e filosófica sobretudo que está envolta a nossa história, do mesmo modo delimitar nossas formas e visões de lidar com o que chega até nós através do gênero e por conta dele, pois existem diferenças lunares entre o que move as reivindicações de não-indígenas e as nossas reivindicações, que estão ligadas às nossas cosmologias e não prioritariamente ligadas às questões de gênero.

Quando falamos isso, não estamos em hipótese alguma afirmando que questões de gênero sejam menos importantes, embora atravessem tudo que nos envolva, não são pautas centrais, pois ainda estamos lutando para aplicação de direitos e garantias fundamentais como a segurança da nossa casa que é o nosso território e deveria ser “asilo inviolável” como preza a letra do art. 5º, XI, da constituição federal de 1988. Ao contrário disso, vivenciamos invasões reiteradas onde garimpeiros e madeireiros não se intimidam diante do judiciário, uma vez que são apoiados pelo chefe do poder executivo e pela maioria anti-indígena no congresso nacional.

Desta forma, a luta da natureza não está separada da luta das mulheres e dos povos, como o ecofeminismo e o feminismo comunitário buscam mostrar. O primeiro surgiu na década de 1970, cunhado por Françoise D'Eubonne (1978), que trouxe reflexões para os movimentos de mulheres e para os movimentos ecologistas, trazendo à consciência de que não adianta lutar por igualdade num ambiente degradado que está matando a todos nós devido aos altos níveis de toxicidade, assim como não adianta lutar pela proteção ambiental e continuar reproduzindo relações desiguais de poder e acesso aos benefícios. Já o feminismo comunitário, segundo Paredes (2016), nasceu na Bolívia, no ano 2003, com os movimentos de insurreição das mulheres indígenas na luta contra o neoliberalismo e a privatização da água e a guerra do gás.

Em pleno terceiro milênio, reivindicamos paz nos partos. Não queremos a insegurança de sermos mutiladas por violências obstétricas, onde corremos o risco de sermos esterilizadas por mãos racistas que tentam nos impedir de parir. Mais de 520 anos desde a invasão e estamos aqui, reivindicando acesso a água potável. Precisamos beber água limpa, que esse Estado teima em contaminar quando fomenta garimpagem em terras indígenas.

De acordo com os estudos históricos e econômicos de Silvia Federici (2004), o capitalismo é germinado junto com o período compreendido pela Inquisição que durou cerca de quatro séculos durante a Idade Média, a partir do século XIII. Esta época foi o marco, para a história mundial, no que diz respeito aos povos originários das terras “conquistadas” e também para as mulheres subjugadas pelos tribunais, compostos pela aliança entre Igreja e Estado. Estes agiam para atender interesses econômicos das sociedades dominantes, marcando o momento em que a resistência das mulheres e dos povos se tornou característica intrínseca para a continuidade de existência, diante do rolo compressor ditado pelo capital econômico, em busca da expansão de seus domínios territoriais.

Desde então, mulheres e povos das “terras conquistadas” lutam para existir e resistem para se manterem vivos sendo quem são, de acordo com suas características e conhecimentos específicos. Os movimentos de resistência sempre existiram, no entanto, são feitos muitos esforços pela cultura hegemônica para que estes desapareçam no abismo do esquecimento e para que as relações de parentesco fiquem cada vez mais frágeis, ao ponto de não nos reconhecermos mais e nem reconhecermos nossas relações interpessoais e com a terra. Desta forma, com a noção de território sendo esvaída, a terra e todos a ela associados se tornam simplesmente objetos que podem ser utilizados para atender pura e simplesmente os interesses da sociedade marcada por valores patriarcais, capitalistas e racistas.

Neste sentido, podemos retomar Lugones (2014), quando afirma que dentro dessa hierarquia de poderes a interseccionalidade entre classe, raça, gênero e sexualidade se faz necessária para se entender a preocupante indiferença que os homens brancos representados pela colonialidade do poder mostram diante das violências

que sistematicamente se infringem sobre as mulheres, especialmente as de cor (mulheres não-brancas), mulheres vítimas desta colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero.

Navegando pela História da Humanidade, temos visto os movimentos de mulheres e povos em todo o mundo tornando-se vigorosos e cada vez mais abrangentes impulsionando o olhar da sociedade para questões gritantes enraizadas no tecido social atual. Questões estruturais como - antropocentrismo, colonialismo, imperialismo, androcentrismo, racismo, sexismo e classicismo - vêm à tona para questionar a subjugação de povos e mulheres e a exploração da natureza, usados para alimentar a fome insaciável do capitalismo - modelo de sociedade incentivado e almejado pelos “dominantes”, e também pelo inconsciente coletivo da sociedade em geral.

Acontece que para nós, indígenas mulheres e povos tradicionais, a colonização não acabou, ela se reinventa, se atualiza e se reproduz na colonialidade do poder, do ser e do saber (QUIJANO, 2005), transformando-se em uma máquina monopolizadora, subalternizando, principalmente, mulheres indígenas e negras, que são aquelas que estão mais expostas a todo tipo de violência atrelada às desigualdades sociais, consequências desse projeto econômico forjado que elucida diversos fatores de herança colonial.

Nosso principal objetivo é fortalecer esta Rede de Indígenas Mulheres para a produção de conhecimentos, trazendo para as pautas contemporâneas a luta ancestral e assim poderemos deixar um legado para as futuras gerações.

Nós, do movimento Wayrakunas, acreditamos na força de nossa ancestralidade, que nos une e é em nome dela que as filhas da ventania têm se debruçado, ressignificando as nossas histórias individuais e coletivas, e consequentemente a História do Brasil sob a ótica das Indígenas Mulheres.

### **Referências Bibliográficas:**

D’EAUBONNE, F. *Le féminisme ou la mort*. Pierre Horay, Paris 1978.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017. I Tomo, Migraciones. Ciudad de México: Palabra de Clío, 2017, 194 p.p.

LUGONES, Maria. *Debate Colonialidade do Gênero e feminismos decoloniais* - Rumo a um feminismo decolonial - Rev. Estud. Fem. vol.22 no.3 Florianópolis set./dez. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PAREDES, Julieta. *O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo*. <https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/12022-o--feminismo-comunitario-e-uma-provocaao-queremos-revolucionar-tudo.html>.



Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó, pertencente ao povo indígena Mebengokré e descendente do povo Aymara- Peru, mãe do Yupanki Bepriabati, escritora, ilustradora, ceramista, batedora de açai, artista plástica, pesquisadora indígena, ativista no movimento indígena nacional e no movimento nacional de indígenas mulheres. Coordenadora conjunta no instituto Cartografando Saberes, ligados ao Núcleo de altos estudos da Amazônia- UFPA, atuando na área de Direitos Humanos, membra fundadora do movimento Wayrakunas, rede ancestral-filosófica que se vincula a reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil. Membra do conselho editorial da GRUMIN, graduanda em Direito pela UNIFTC, secretária regional de comunicação do MUPOIBA e membra do Parlamento Indígena do Brasil, membra do Parlamento Indígena do Brasil, membra fundadora do movimento Wayrakunas, rede ancestral-filosófica, que se vincula à reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil.



Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, mãe da Rhara, Cainã e Kauai; Pertencente ao povo Borum-Kren (remanescentes botocudos - indígenas do tronco Macro-Jê da região de Ouro Preto/ MG) e descendente Maxacali - é dançarina, professora, pesquisadora e escritora, graduada em Turismo - PUC-Minas; especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade - Faculdade Metropolitana/ BH - MG; Mestre e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UESC/ Ilhéus - BA; Membra Fundadora do Wayrakunas - Rede ancestral-filosófica, que se vincula à reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil; Associação Multiétnica Wyka Kwara - GT Bem-Viver; Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara - Vila de Agricultura e Justiça. Autora dos livros: Filhos Melhores para o Mundo: por uma educação ambiental de berço; Ecofeminismo e Sustentabilidade Ambiental: uma análise a partir da organização social de comunidades indígenas e ecovilas.



Eliane Potiguara, indígena da etnia Potiguara, professora, escritora, ativista e empreendedora indígena brasileira. Fundadora da Rede Grumin de Mulheres Indígenas. Foi uma das 52 brasileiras indicadas para o projeto internacional "Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz". Formada em Letras e Educação, licenciou-se em Letras (Português e Literatura) e Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem Especialização em Educação Ambiental pela UFOP. Participou de vários seminários sobre Direitos Indígenas na Organização das Nações Unidas, em organizações governamentais e não governamentais. Primeira escritora indígena no Brasil. Nomeada uma das "Dez Mulheres do Ano de 1988" pelo Conselho das Mulheres do Brasil. Integra o Comitê Consultivo do Projeto Mulher: 500 anos atrás dos panos, que culminou no Dicionário mulheres do Brasil. O seu carro chefe é a obra intitulada "Metade Cara, Metade Máscara" que está na sua terceira edição pela GRUMIN Edições e aborda a questão indígena no Brasil. Conselheira do Movimento Wayrakunas - rede ancestral-filosófica, que se vincula à reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil.



Jamille da Silva Lima-Payayá, indígena pertencente ao povo Payayá, originários do sertão da Bahia, onde se encontra o Território Indígena Payayá, na Yapira (Cabeceira do Rio), no município de Utinga (BA), Chapada Diamantina. É professora do Departamento de Ciências Humanas (DCH IV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde coordena o Laboratório Saberes Geográficos e Alteridade (SABGEO). Atua no Movimento Associativo Indígena Payayá (MAIP), dedicando-se à educação indígena e à pesquisa histórica e geográfica referente aos povos indígenas na Bahia. Geógrafa, com doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atua nos programas de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (MPED) e Estudos Territoriais (PROET), ambos da UNEB. Membro fundadora do movimento Wayrakunas, rede ancestral-filosófica, que se vincula à reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil.



Jumara Teodoro Payayá, pertencente ao povo Payayá, povo originário do sertão baiano, seu território se situa na Chapada Diamantina, em Yapira (Cabeceira do Rio), no município de Utinga (BA), Contadora e professora e Mestre em Contabilidade. Integra a direção do Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia (MUPOIBA) e do Movimento Associativo Indígena Payayá (MAIP). Membro fundadora do movimento Wayrakunas, rede ancestral-filosófica, que se vincula à reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil.



Káritas Yamani Kandara Correia Gusmão Ywa'dju Minrī, pertencente ao povo Pataxó Hã Hã Hãe, graduanda em bacharelado e licenciatura em letras português e espanhol pela Universidade de São Paulo, ativista cultural junto ao Movimento de Teatro de Grupo da cidade de São Paulo, artista cantante no Cabaré Feminista, produtora e defensora de alimentos não transgênicos e sem agrotóxicos, artesã, costureira, ativista no movimento indígena e movimento de indígenas mulheres, membro fundadora do movimento Wayrakunas, rede ancestral-filosófica, que se vincula à reflexão da resistência das indígenas mulheres no Brasil.



Miguelina Cardoso Lopes, descendente do povo Aymara-Peru, assistente social, pós graduada em serviço social e práticas em saúde pública e hospitalar, atualmente estou como assistente social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), atuo também na área de saúde integrativa, sou artesã, mãe da Amanda Lopes e membro fundadora do movimento Wayrakunas Brasil- rede ancestral filosófica que discute a questão das indígenas mulheres no Brasil.